

# MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E VIVÊNCIAS DE VIOLÊNCIAS

## HOMELESS WOMEN AND VIOLENCE EXPERIENCES

Carmem Regina Giongo<sup>1</sup>

Sabrina Daiana Cúnico<sup>2</sup>

Cíntia Lazzari<sup>3</sup>

Eduardo Souza Passini<sup>4</sup>

Suane Silva Pinheiro<sup>5</sup>

**Resumo:** Este estudo possui o objetivo de analisar as vivências de violência de mulheres em situação de rua sob a perspectiva de gênero. Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva de abordagem qualitativa, realizada no sul do Brasil, em 2019. Foi aplicado um questionário semiestruturado e foram realizadas entrevistas narrativas. Participaram da pesquisa 22 mulheres. Todas elas declararam ter sofrido algum tipo de violência, com destaque para violência entre pares, violência sexual e violência institucional praticada por agentes policiais e instituições protetivas. Concluiu-se que as vivências de violência geraram importantes impactos psicossociais, além de contribuir para o ingresso ou a permanência nas ruas.

**Palavras-chave:** Pessoas Em Situação De Rua; Mulheres; Violência; Gênero.

**Abstract:** This study aims to analyze the experiences of violence among women in situations of homelessness from a gender perspective. It is an exploratory-descriptive study with a qualitative approach, conducted in southern Brazil in 2019. A semi-structured questionnaire and narrative interviews were applied. The research involved 22 women, all of whom reported experiencing some form of violence, with an emphasis on violence among peers, sexual violence, and institutional violence perpetrated by police officers and protective institutions. It was concluded that these experiences had significant psychosocial impacts and played a role in leading women to the streets or keeping them there.

**Keywords:** Homeless People; Women; Violence; Gender.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Psicologia Social e Institucional - UFRGS; Docente do curso de Mestrado em Psicologia - Universidade Feevale; Email: ca.aiesec@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7335-8511>.

2 Doutora em Psicologia - PUCRS; Professora - Universidade Feevale e da Universidade Salgado de Oliveira; E-mail: sabrinacunico@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2198-9957>.

3 Enfermeira e Residente do Programa de Atenção Clínica Especializada - Fundação Universitária de Cardiologia; E-mail: lazzaricin@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3838-5343>.

4 Mestrando em Psicanálise: Clínica e Cultura - UFRGS; E-mail: dudupassini@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9740-9616>.

5 Psicóloga e Mestranda em Psicologia - Universidade Feevale; Pesquisadora no grupo de pesquisa NUPSITRA - Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Saúde, Trabalho e Justiça Social; suane.sp@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-2711-9186>.

## Introdução

A ocupação de espaços públicos por pessoas em situação de rua é extremamente comum em grandes cidades brasileiras. Um levantamento recente mostrou que, nos últimos dez anos, o número de pessoas vivendo nas ruas no Brasil chegou a 227 mil, um aumento de 935,31% em comparação com os dados referentes ao ano de 2013, que contabilizavam quase 21 mil pessoas nessa condição (Natalino, 2024). Diversos estudos apontam que a população em situação de rua convive diariamente com a ausência de acesso a direitos sociais e possui vivências marcadas pela estigmatização social (Paiva; Guimarães, 2002; Queiroz, Veras; Menezes, 2024; Sicari; Zanella, 2018).

A existência de pessoas em situação de rua no Brasil é um fenômeno secular e representa uma das grandes expressões dos processos de exclusão econômica e política, agravado em meados do século XX pelo êxodo rural e, depois, por grandes processos migratórios, sobretudo no auge da industrialização, que levou imensos contingentes populacionais para o sudeste brasileiro. A existência de pessoas que fazem das ruas seu espaço de sobrevivência também tem influência de como a sociedade brasileira se constituiu: um processo colonial, escravocrata e racista, que nunca teve medidas de reparação, o que impulsionou as grandes desigualdades econômicas e culturais ainda existentes no país (Calmon, 2020). Os efeitos perenes dos processos de escravidão e colonização parecem ainda ecoar no funcionamento do Estado, deixando em pleno funcionamento mecanismos de segregação, opressão e violência que se direcionam, especial, para a população negra e periférica. Atualmente, somam-se a essa população outros coletivos invisibilizados, como as pessoas em situação de migração, de desemprego, de abandono familiar ou com dificuldades associadas ao uso problemático de álcool e outras drogas. Aqueles que fazem da rua um lugar de moradia e de trabalho acabam imprimindo modos próprios de habitar a cidade, modificando significativamente o cenário urbano (Nobre; Moreno; Amorim e Souza, 2018).

De acordo com a Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua, instituída por meio do Decreto Federal n. 7.053/2009, em seu art. 1º, a população em situação de rua pode ser definida como um grupo heterogêneo, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, que vive na extrema pobreza e “que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (Brasil, 2009, s.p.).

Dentre as multifaces que se encontram na rua, o subgrupo específico das mulheres merece atenção em função de suas particularidades. Um estudo realizado em 2008 em parceria entre a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) identificou que, dentre a população em situação de rua pesquisada, 18% eram mulheres (FASC, 2008). O mesmo estudo foi realizado novamente em 2016 e mostrou uma diminuição dessa porcentagem, registrando 13% de mulheres em situação de rua (FASC, 2016). Em uma pesquisa censitária realizada pela prefeitura da cidade de São Paulo em parceria com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), no ano de 2021, as mulheres representavam 17,7% da população em situação de rua (São Paulo, 2021). A disparidade entre o número de mulheres e homens nessa condição não ocorre por acaso. A situação de rua obriga as mulheres a lidar com uma realidade masculinizada e repleta de preconceitos, ampliando a sua condição de vulnerabilidade e dificultando sua permanência nesse universo (Quiroga; Novo, 2009).

Estudos apontam que os fatores predominantes que ocasionam a ida de mulheres para as ruas são a violência doméstica, as dificuldades financeiras e o rompimento com os vínculos familiares e comunitários (Natalino, 2024; Sicari; Zanella, 2018). De fato, a fragilização dos vínculos sociais ocasiona, como consequência, a perda de uma importante rede de proteção social, algo que pode favorecer a ida para a rua. Nesse sentido, vale mencionar que a pandemia de Covid-19 e as medidas de contenção do vírus, como o distanciamento social e o confinamento, por exemplo, acirraram conflitos familiares especialmente nas áreas menos abastadas das cidades, levando a um aumento das situações de violência doméstica (Flores; Cúnico; Giongo; Barbosa, 2021).

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres que estão vivendo nas ruas estão as relações familiares, já que muitas são subjugadas por conta do abandono materno de forma muito mais agressiva e perceptível do que os homens que se encontram na mesma situação (Nardes; Giongo, 2021). Muitas, inclusive, nem sequer se cadastram no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) como estando em situação de rua com medo de que a oficialização de sua situação possa ocasionar a perda da guarda da prole (Natalino, 2024).

Sanchotene, Antoni e Munhós (2019) referem que as principais concepções atribuídas sobre ser mulher e viver na rua estão relacionadas às violências às quais as mulheres estão submetidas devido ao seu gênero, além da impossibilidade de exercerem a maternidade da forma idealizada.

A violência vivenciada por mulheres em situação de rua é multifatorial e acontece de diversas formas, podendo ser praticada tanto por pessoas intolerantes com a situação de pobreza quanto por parte das próprias pessoas em situação de rua em função de dívidas, disputas territoriais, pequenos furtos, infidelidade conjugal e desavenças pessoais. Também não são raros os casos em que a violência se dá com intenções higienistas por parte de policiais, pessoas contratadas por comerciantes ou moradores locais que se sentem prejudicados pela presença das pessoas em situação de rua nos arredores dos domicílios, comércios, monumentos e cartões postais das cidades (Rosa; Brêtas, 2015).

Os dados acerca da violência sofrida pelas mulheres em situação de rua no Brasil são precários e subnotificados, interferindo diretamente no desenvolvimento de políticas públicas. Nobre, Moreno, Amorim e Souza (2018) afirmam que além da invisibilidade, dentro da maquinaria de poder, a violência, tanto a física quanto a simbólica, é algo que vive cotidianamente à espreita. A violência policial, sexual, institucional e de gênero, assim como o descaso do Estado, o sucateamento das políticas públicas, a invisibilidade, o preconceito e a opressão, fazem parte desse cenário. Para Ferreira e Soares (2020), as mulheres se tornam muito mais suscetíveis a todos os tipos de violência principalmente pela imagem que a sociedade lhes atribui: de “sexo frágil”. Por consequência, vivenciam a situação de vulnerabilização sob duas perspectivas: pela condição de vida nas ruas e pela sua identidade de gênero.

De modo a aprofundar as questões de gênero tendo o contexto das ruas como terreno de análise, recorreremos à definição de Scott (2005), que descreve gênero enquanto um elemento constitutivo das relações baseadas na diferença e que atribui significado às relações de poder. Saffioti (2015) enfatiza o caráter histórico de gênero, indicando a sua incapacidade em explicar as desigualdades entre homens e mulheres. Para a autora, tais desigualdades são reflexo do patriarcado, um regime de exploração e dominação que ordena as relações sociais e que estabelece padrões normativos calcados nas diferenças sociais. No que tange às mulheres em situação de rua, a realidade vivida por elas e a forma com que são colocadas em um determinado lugar social revelam as estruturas sociais dominantes e os papéis singulares forjados a partir delas (Esmeraldo; Ximenes, 2022).

Simone de Beauvoir (1980), ao pronunciar a frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, considera gênero uma construção social atrelada às relações de poder estabelecidas entre os sujeitos, a cultura e a sociedade. A partir desse entendimento, podemos dizer que as relações de gênero estariam diretamente ligadas às relações de poder, sendo construídas socialmente e

manifestando-se por essas relações e pela subordinação através da distinção de cargos, ações, regras e comportamentos específicos destinados para homens e mulheres em diferentes culturas. O gênero não se restringe à identidade biológica sexuada, mas à construção social como sujeito masculino ou feminino, que se produz em relação, não mais fixa e imutável, mas sim passível a todas as transformações histórico-sociais (Foucault, 2014). Dessa forma, trata-se de um conceito que despreza o simplismo da explicação biológica das distinções entre mulheres e homens, sendo entendido como resultado de uma estrutura cultural e social, interligada, sobretudo, às relações de poder. Portanto, a construção das relações de gênero ocorre por meio das relações sociais, em que são percebidas tanto as exteriorizações emocionais e culturais quanto as biológicas e intelectuais (Bruschini, 2007; Saffioti, 2001).

A violência contra a mulher ocorre no revelar dessas relações de desigualdades de gênero, que se fundamentam em dominação e opressão de homens sobre as mulheres. Esse processo é resultante de ideologias patriarcais ainda muito presentes na sociedade atual, em que a dominação masculina se sobressai e acaba sendo reproduzida por gerações como algo intrínseco e natural (Frangella, 2009).

A vida das mulheres em situação de rua é marcada pelo “manto do descrédito social” (Esmeraldo; Ximenes, 2022, p. 3). Suas vulnerabilidades demarcam um sistema que associa determinadas existências a um estado desumanizado, subalternizando as pessoas com baixos níveis de renda e escolaridade e precárias condições de acesso a canais de informações e medidas protetivas, como é o caso da maioria das mulheres em situação de rua (Nardes; Giongo, 2021; Rosa; Brêtas, 2015; Sicari; Zanella, 2018). Ademais, estar na rua – para elas – é estar exposta à discriminação que permeia a invisibilidade frente às políticas públicas, além de vivenciar processos de exclusão e ações violentas pelos diversos atores que compõem a teia de relações formada a partir da rua (Esmeraldo; Ximenes, 2022).

Na esteira dessa análise, vale lembrar que a desigualdade de gênero é também uma desigualdade que se fortalece por meio do racismo. De acordo com Carneiro (2011, p. 15):

a prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros [...] leva à naturalização da desigualdade de direitos. Se alguns estão consolidados no imaginário social como portadores de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualmente do gozo pleno dos direitos humanos.

Nesse sentido, a rua pode ser considerada um lugar onde são “depositados” os desumanizados, os desprovidos de direitos. Em um país em que o racismo, o sexismo e o classismo operam como ideologias estruturais e articuladas que excluem corpos tidos como indesejáveis, não é de se estranhar que a maior parte da população em situação de rua seja negra (Alves, 2015). A naturalização do não reconhecimento do corpo negro e feminino como detentor de direitos e merecedor de cuidado aponta para o fato de que as vivências de gênero não se dão da mesma forma para todas as mulheres, assim como não impactam os homens da mesma forma. Compreender a categoria “mulheres” como globalizante e totalizante acaba por torná-la normativa excludente, não levando em consideração outros marcadores que definem privilégios, como classe e raça, por exemplo (Mariano, 2005). Retomando as questões acerca do “sexo frágil” anteriormente debatido, é necessário pontuar que tal estereótipo não contempla e nunca contemplou as mulheres negras (Silva, 2017) que, ao contrário de serem vistas como delicadas e necessitando de proteção, sofrem com a estereotipia da coisificação, sendo seus corpos objetificados e hipersexualizados. Assim, a desigualdade na realidade das mulheres negras em situação de rua assume contornos específicos que se expressam na “desumanização do corpo negro e no racismo que nega o direito a esse corpo” (Alves, 2015, p. 99).

Assumir que as mulheres são impactadas por diferentes formas de opressão é assumir que a categoria “mulher”, como sujeito do feminismo, também deve ser colocada em tensionamento, uma vez que universalizar as experiências das mulheres faz com que não consideremos as diferenças dentro da própria diferença (Mariano, 2005), o que acaba reforçando novas e velhas opressões.

Diante das questões realizadas, o presente artigo possui o objetivo de analisar as vivências de violência de mulheres em situação de rua sob a perspectiva de gênero. A relevância do estudo está no reconhecimento de que é necessário abrir espaço para as vozes das mulheres inseridas nesse contexto, a fim de garantir a necessária visibilidade para a situação e assegurar a garantia de direitos. Além disso, o estudo também inova ao problematizar as violências de gênero, destacando que território e cidade são também campos eminentemente políticos, por se tratarem de uma geografia marcada pelo racismo e pelo sexismo.

## 1. Metodologia

O presente trabalho possui delineamento exploratório-descritivo e metodologia qualitativa (MINAYO, 2008) e contou com a participação ativa da população em situação de rua do território investigado. Desenvolver estudos no campo da injustiça social significa ir além da descrição e do reconhecimento do contexto investigado, demandando o estabelecimento de ações concretas que estimulem debates e promovam a mobilização política e social. Para isso, tornam-se fundamentais a disposição política e o envolvimento dos sujeitos da pesquisa em todo o processo de construção do conhecimento. Nessa perspectiva, a pesquisa integrou vivências e práticas locais a conhecimentos e procedimentos acadêmicos, gerando modos coletivos de construção de agendas investigativas que delimitam situações-problema relevantes para as participantes do estudo, mas que frequentemente estão ausentes das prioridades políticas e de grupos de pesquisa (Porto; Milanez, 2009).

As participantes deste estudo foram mulheres maiores de 18 anos que viviam em situação de rua no município de Novo Hamburgo, localizado no sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul. A coleta de dados ocorreu entre os meses de abril e dezembro de 2019<sup>6</sup>. Vale dizer que este estudo foi realizado antes da pandemia de Covid-19. Assim, as mudanças ocasionadas pela pandemia podem ter intensificado as problemáticas envolvendo as mulheres em situação de rua, trazendo outros contornos, os quais não serão debatidos neste texto, uma vez que as narrativas coletadas datam de período anterior à pandemia.

A pesquisa abrangeu 22 mulheres em situação de rua, com idade média de 37 anos. Dentre elas, 12 (54,5%) autodeclararam-se brancas, nove (40,9%) identificaram-se como negras e uma (4,5%) autodeclarou-se indígena. Assim, destaca-se que o universo das participantes apresenta uma concentração maior de mulheres negras em comparação com a composição racial do município evidenciada no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), em que 15,2% da população era negra. No que se refere à escolaridade, 14 possuíam Ensino Fundamental Incompleto, três tinham Ensino Médio incompleto, três haviam concluído o Ensino Médio e duas eram analfabetas. Esses marcadores (cor, idade e escolaridade) podem influenciar significativamente as trajetórias e as experiências específicas

---

<sup>6</sup> A pesquisa que originou o presente artigo teve duração de quatro anos, envolvendo um longo período de coleta e análise dos dados. Nesse sentido, apesar de os dados terem sido coletados em 2019, os resultados do estudo geraram diferentes publicações, que passaram a ser organizadas e submetidas apenas depois de 2022.

dessas mulheres, atravessadas por interseccionalidades que afetam suas formas de exclusão e resistência.

Como instrumento para a coleta de dados, foi utilizado um questionário semiestruturado composto por 30 questões, que investigou aspectos relacionados às trajetórias e condições de vida, às ocorrências e aos tipos de violência sofridos, ao tempo em situação de rua, ao acesso às políticas públicas, bem como à saúde das participantes do estudo. Além disso, foi aplicada a técnica de entrevista narrativa, caracterizada, como explica Schütze (1992), pela não utilização do esquema pergunta-resposta, justamente por preconizar a livre narração do entrevistado. Segundo o autor, as fases de aplicação da entrevista narrativa envolvem: a preparação, na qual ocorre a exploração do campo e a formulação das questões; a iniciação, momento em que o entrevistador lança mão do tópico inicial para a narração, podendo dispor de auxílios visuais; a narração central, fase principal na qual o entrevistado narra a história e recebe apenas o encorajamento do entrevistador; a fase de perguntas, na qual o entrevistador insere suas questões; e, por fim, a fala conclusiva, em que o gravador é desligado e a entrevista passa a ser finalizada.

No que se refere à coleta de dados, a equipe de trabalho foi constituída por alunos e professores da Universidade Feevale, trabalhadores do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e profissionais da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social (SEAS). A elaboração do plano de coleta de dados e dos instrumentos de pesquisa foi realizada em conjunto com os atores envolvidos no estudo, incluindo a população em situação de rua. A partir dessa elaboração, realizou-se uma capacitação da equipe, para que, posteriormente, a coleta de dados fosse iniciada. A capacitação se deu à medida que se tornou necessária uma investigação atenta à realidade investigada dos atores sociais e de suas demandas e ocorreu a partir de encontros da equipe de pesquisa com representantes da população em situação de rua e trabalhadores de instituições que atendiam essa população no município. Cabe destacar que a pesquisa contou com o apoio de diversas instituições que prestavam assistência à população em situação de rua no município, como, por exemplo, serviços municipais, Organizações da Sociedade Civil (OSCC) e Comunidades Terapêuticas (CTs). Também foram realizadas abordagens de rua e levantamento de indicações de possíveis entrevistadas através das instituições parceiras.

Após a conclusão das capacitações da equipe de pesquisa, a existência do estudo foi divulgada nos serviços de acolhimento de pessoas em situação de rua de Novo Hamburgo. Em seguida, a equipe de pesquisa passou a



frequentar os locais, inserindo-se na rotina dos serviços e convidando os usuários a participar do estudo. Destaca-se, aqui, a importância da inserção no campo de pesquisa de forma intensiva, o que viabilizou as vinculações com potenciais participantes e permitiu a mobilização política da população. Algumas entrevistas ocorreram na rua, através de abordagens diretas, outras foram realizadas nas instituições de acolhimento para pessoas em situação de rua, como no Centro POP e no Albergue Municipal, ou em espaços onde estavam sendo realizadas ações de distribuição de alimentos promovidas pelas OSCs. No momento da conversa com as mulheres em situação de rua, primeiramente era realizada a explicação do que se tratava a pesquisa e das condições éticas; após, ocorriam a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em um segundo momento, era aplicado o questionário semiestruturado e, posteriormente, era realizada a entrevista narrativa. Algumas entrevistadas demandaram mais de um encontro para finalização do trabalho. As entrevistas, que foram gravadas e transcritas na íntegra, tiveram duração média de uma hora.

No que se refere ao processo de análise, os dados provenientes do questionário semiestruturado foram submetidos a uma análise estatística descritiva: após a tabulação, foram realizadas a descrição e a avaliação das generalizações obtidas a partir desses dados (Gil, 2010). Quanto à análise qualitativa, foi utilizada a análise temática que Minayo (2008) define como uma afirmação a respeito de determinado assunto. Para a autora, a análise temática é a contagem de frequência das unidades de significação que definem o caráter do discurso. Essa é designada em três etapas: pré-análise; exploração do material e interpretação. Na primeira etapa, realizou-se a leitura de cada entrevista de forma individual, salientando os temas que se sobressaíram no que se refere às vivências das mulheres na rua. Na segunda etapa, as transcrições foram analisadas conjuntamente, sendo os diferentes temas agrupados. Por fim, as categorias de análise foram elencadas (Minayo, 2008).

Salienta-se que este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Feevale, parecer número XXXX. Todas as participantes assinaram o TCLE e receberam informações sobre o procedimento de coleta de dados, incluindo aspectos referentes ao sigilo de identidade e à possibilidade de desistência a qualquer momento. Destaca-se, ainda, que o estudo está pautado nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, e nas normas do Conselho Federal de Psicologia, Resolução n. 016/2000 (Conselho Nacional de Saúde, 2016; Conselho Federal de Psicologia, 2000). Além disso, diante da identificação

de demanda, a equipe de pesquisa manteve-se disponível às participantes no território caso fosse necessário algum encaminhamento individual para a rede de saúde pública municipal ou para a rede socioassistencial. Com o intuito de preservar a identidade das entrevistadas, aquelas que tiveram os trechos das falas citados no artigo tiveram os nomes substituídos pela seguinte codificação: Participante 1, Participante 2, Participante 3, Participante 4 e Participante 5.

É importante destacar que, finalizada a pesquisa, foi construída uma cartilha contendo os principais resultados do estudo, além de recomendações de intervenções municipais e canais de acesso à informação sobre medidas protetivas. Foi entregue a todas as participantes da pesquisa o material impresso, em linguagem de fácil compreensão. Os serviços parceiros também receberam uma devolutiva, organizada através de oficinas interativas sobre a temática da violência vivenciada pelas mulheres em situação de rua.

## **2. As múltiplas dimensões da violência: resultados e discussão**

Inúmeras são as violências que as mulheres sofrem na sociedade, que é reconhecidamente machista e sexista. Segundo Sarmiento e Pedroni (2017), embora a população em situação de rua seja estigmatizada e marginalizada, uma parte desse grupo - pessoas do gênero feminino - é duplamente excluída. Além das violações comuns a todos, essas pessoas estão sujeitas a violências e preconceitos adicionais relacionados à condição de ser mulher e sobretudo, de ser mulher negra. Assim, a partir da análise dos resultados das entrevistas, emergiram duas temáticas principais, as quais serão exploradas e problematizadas em duas categorias subsequentes: “Vivências de violência” e “Papel das políticas públicas e a violência institucional”.

### ***Vivências de violência***

Referentemente às questões relacionadas às vivências em situação de rua, as mulheres participantes relataram que uma das principais dificuldades enfrentadas no cotidiano das ruas é a violência (47,8%), seguida por fatores como o preconceito (39,1%) e a fome (30,4%). Dentre as entrevistadas que afirmaram sofrer violência, 63,3% declararam já ter vivenciado violência entre pares, 45,5% relataram ter sofrido violência sexual, 36,4% foram submetidas à violência institucional, 18,2% passaram por violência conjugal e 9,1% sofreram violência de gênero. Cabe salientar que essas questões eram de múltipla escolha no questionário semiestruturado, possibilitando que as participantes registrassem mais de uma opção.

Em relação aos aspectos familiares e à rede de apoio, 65% das participantes possuíam filhos e 48% tinham um companheiro, evidenciando a fragilidade dos vínculos. Quanto à naturalidade, 82,6% eram naturais do Rio Grande do Sul, 12,9% nasceram em outros estados brasileiros e 4,3% nasceram em outro país, indicando um enraizamento local, mas também a presença de fluxos de deslocamento, uma característica frequente entre pessoas em situação de rua. Sobre o histórico de situação de rua, 30,4% afirmaram estar nessa condição pela primeira vez, enquanto 69,6% relataram já ter deixado a rua por algum período e, após, retornado. Essa alta taxa de retornos sugere que, mesmo quando alcançada, a saída da situação de rua não se sustenta a longo prazo, possivelmente devido à ausência de políticas públicas de reintegração social e à insuficiência de redes de apoio.

No que diz respeito ao tempo de rua, foi identificada uma média de 2,3 anos. Dentre as participantes, 13% encontravam-se em situação de rua há 10 anos ou mais, 21,7% relataram estar nessa condição por um período entre 5 e 10 anos, 17,4% indicaram viver em situação de rua por um período de 2 a 5 anos, 21,7% referiram um período de 1 a 2 anos e, por fim, 26% declararam estar em situação de rua há menos de 1 ano. A média de 2,3 anos associada à proporção significativa de mulheres em situação de rua há longos períodos aponta para um processo de “cronificação” dessa condição. Esse fenômeno pode ser explicado pelas barreiras estruturais que dificultam a saída da situação de rua, como o acesso limitado às políticas públicas, a discriminação de gênero e a falta de oportunidades de trabalho. Outro dado relevante é que 54,6% das participantes não possuíam ocupação profissional, enquanto as demais estavam inseridas em atividades informais e desprovidas de garantias empregatícias, como guardadoras de carro, diaristas, artesãs e vendedoras ambulantes. Assim, a predominância do trabalho informal evidencia a precariedade dos vínculos laborais, intensificando a vulnerabilidade social.

No decorrer das entrevistas narrativas, ao relatarem suas histórias de vida, foi possível evidenciar que muitas mulheres passaram a viver nas ruas justamente em decorrência de situações de violência no ambiente familiar. Alguns relatos expõem esse cenário: “Minha mãe me expulsou de casa quando eu tinha 14 anos por que ela batia em mim e ela é usuária de crack, daí ela me expulsou, daí eu fui morar na rua” (PARTICIPANTE 1, informação verbal). Outra entrevistada corrobora:

Já aconteceu assim do meu casamento né, assim de eu ter violência doméstica violenta [...]. Eu fui agredida por meu companheiro e deu problema grave né. Eu tive deslocamento de bacia, tive duas fraturas no fêmur, foi colocado platina, foi

colocado parafuso, essas coisas. Andei mais de seis anos de muleta (PARTICIPANTE 3, informação verbal).

Conforme os relatos apresentados, para algumas mulheres as vivências de violência foram uma constante ao longo das suas vidas, levando-as a enxergar a rua, naquele momento, como uma forma de escapar das violências, transformando-se em estratégia de sobrevivência. No caso da Participante 3, por exemplo, a violência de gênero sofrida deixou marcas físicas significativas, além das psicológicas. As violências perpetradas por homens estão entre os principais fatores que levam as mulheres à situação de rua. Embora esse processo nem sempre seja linear e causal, experiências marcadas pela violência e por formas precárias de existência podem contribuir para a transição das mulheres para a rua (Richwin; Zanello, 2023). O caso da Participante 1 ilustra essa realidade:

[...] foi várias vezes, ele era ciumento, aí a primeira vez que ele levantou a mão pra mim eu aguentei. Na segunda, ele me bateu de novo, aí eu me separei, aí eu falei: não, agora eu vou embora, não vou ficar aguentando apanhar de homem. Aí eu saí. Eu o esperei dormir, peguei minhas coisas e sumi. Nunca mais vi ele [...] (PARTICIPANTE 1, informação verbal).

A violência conjugal, fundamentada na crença de que a mulher é propriedade do homem, manifesta-se por meio de abusos psicológicos, verbais, físicos, sexuais e morais. Algumas mulheres, exaustas diante de situações de agressão no ambiente doméstico, “escolhem” a rua como forma de escapar do agressor. No entanto, mesmo na rua as vivências de violência não são interrompidas e diferentes formas de violências se manifestam, tais como violência física, verbal, psicológica e moral. Ademais, humilhações, preconceitos e estigmas que recaem sobre essa população estão intrinsecamente relacionados a uma violência de gênero e racial. Segundo Rosa e Brêtas (2015), a vivência de mulheres em situação de rua envolve a necessidade de construção de relações que garantam a sobrevivência no cotidiano das ruas, pois sozinhas são mais vulneráveis às violências presentes nesse contexto. As estratégias de enfrentamento são diversas, mas frequentemente incluem a submissão aos homens como forma de garantir proteção e sobrevivência (Alves, 2015).

Nas falas das entrevistadas foi possível identificar situações de violências associadas a desigualdades de gênero, muitas vezes de forma velada, ocorrendo como algo intrínseco e natural, sem a percepção das próprias mulheres. Em troca da proteção em relação ao mundo externo, as mulheres passam a ficar subordinadas e oprimidas pelo próprio protetor, pois a noção de segurança

da mulher está vinculada a um homem, que a torna sua “propriedade” e, consequentemente, um “território” com dono. No pacto narcísico entre homens, esse “território” não pode ser invadido por outro, tal como a fala a seguir ilustra: “Mas ele cuida de mim agora. Às vezes ele quer ser autoritário. Não sei bem, os caras da rua são tão ciumentos, só por que tá na rua, será? Quer mandar. Tipo assim, tu mora na rua, tu precisa de mim porque eu sei mais do mundão” (PARTICIPANTE 2, informação verbal).

É importante pontuar que as violências sofridas pelas mulheres em situação de rua não podem ser resumidas à presunção de fragilidade. As mulheres são submetidas a formas intensas de violência não porque são frágeis, mas porque são socializadas em um ambiente em que seus corpos e vidas são tidos como inferiores, sendo a subjugação vivenciada por elas tida como natural (Valle; Farah; Carneiro Junior, 2020).

Dessa forma, a violência de gênero, frequentemente manifestada de forma velada por meio de outras agressões, também está presente na violência conjugal. Historicamente e socialmente, os papéis atribuídos aos gêneros, baseados em diferenças sexuais, consolidam desigualdades e reproduzem padrões discriminatórios. Esses papéis reforçam representações que associam a ideia de superioridade masculina a uma sociedade com pensamento machista, legitimando o uso da violência no âmbito conjugal. Ferreira e Soares (2020) apontam que os crimes de ameaça são a forma mais comum de violência contra a mulher, sendo utilizados como mecanismo de intimidação e controle do indivíduo masculino sobre a figura feminina.

Nesse contexto, apesar da frequente violência psicológica e verbal, muitas participantes acabavam adquirindo certa tolerância às formas de violências não físicas, pois, em seu cotidiano, a violência física se apresenta de forma expressiva. A forma como os homens expressam seu poder nas relações através da violência foi narrada pelas entrevistadas, por exemplo, da seguinte forma: “Ele [companheiro] começou a ser autoritário e agressivo, começou a ser agressivo e começou a me bater. Eu não podia fazer nada. Ele me batia, quando ele começou. Aí foi mais vezes, começou a ficar mais alterado, qualquer coisa queria bater” (PARTICIPANTE 2, informação verbal).

As mulheres estão expostas a condições de violência tanto no âmbito privado quanto no público. No contexto de situação de rua, essa realidade se agrava, considerando-se que as mulheres representam uma minoria nesse cenário. Muitas vezes, elas permanecem com o agressor, seja em busca de proteção, seja por dependência financeira, seja por coação do próprio agressor. Nesse sentido, Nobre, Moreno, Amorim e Souza (2018) destacam a importância de compreender a sujeição, por vezes prolongada,

a relacionamentos conjugais marcados pela violência, exigindo uma análise cuidadosa das condições de vida que influenciam essa dinâmica.

Embora a rua seja um espaço de coletividade, ela também sustenta e reproduz elementos que são provenientes do espaço privado, mas que transcendem para esse espaço público de forma naturalizada e, muitas vezes, perversa (Ferreira; Soares, 2020). Contudo, é necessário ampliar o debate e reconhecer que essas experiências são gestadas tanto no espaço privado quanto no público, transitando continuamente entre eles e coexistindo de maneira concomitante, sem caráter excludente. Esse aspecto revela a complexidade social inerente à problemática.

Outra questão trazida pelas mulheres entrevistadas foi a exposição à violência sexual, em sua maioria vinda de homens também em situação de rua: “[...] eu já fui até violentada com meu esposo junto, já tentaram me violentar, mas meu esposo, meu companheiro, me defendeu, graças a Deus” (PARTICIPANTE 4, informação verbal); “Acho que o que a gente mais sofre aqui é com a violência, né, sexual” (PARTICIPANTE 5, informação verbal); “[...] Eu fui estuprada. [...] Era só eu de mulher e tinha um monte de homem, mas os quartos eram separados. Isso foi no albergue que eu estava. Aí me levaram pra polícia, fiz corpo de delito, *aí deu mesmo que era*. Prenderam os caras, eram 3 caras [...]” (PARTICIPANTE 1, informação verbal).

A ideia de que as mulheres que “estão na rua” “são da rua” e, portanto, seus corpos estão disponíveis para serem violentados acompanha a vida e as vivências das mulheres em situação de rua. Apesar dos avanços relacionados à igualdade de gênero, os padrões de uma sociedade machista ainda são normativos, motivando a prática de violência. Uma dessas práticas resulta na violência sexual, exercida por homens que veem os corpos das mulheres como objetos disponíveis para satisfazer seus desejos. As vítimas se encontram sujeitas a consequências, não só físicas, mas também psíquicas. Nesse sentido, os agravos à saúde mental da mulher são evidenciados pela recorrência de sentimentos de humilhação, vergonha, sofrimento e medo (Esmeraldo; Ximenes, 2022; Ferreira; Soares, 2020).

### ***Papel das políticas públicas e a violência institucional***

No que se refere ao papel das políticas públicas, é imprescindível que o enfrentamento da violência contra mulheres em situação de rua envolva a cooperação entre diversos setores, como saúde, educação, justiça e assistência social. Essa articulação é essencial para garantir segurança e assegurar políticas públicas eficazes e serviços de apoio adequados.

Entretanto, as falhas nas políticas de proteção às mulheres resultam na falta de credibilidade dos serviços por parte da população. Rosa e Brêtas (2015) citam que, no Brasil, informações oficiais acerca de violências sofridas por mulheres ainda são alvo de subnotificação, pois muitas temem denunciar o agressor devido à falta de confiança e proteção estatal. No ambiente das ruas, essa situação não é diferente. Ao contrário, é possível que se dê de forma ainda mais intensa. Ao longo das entrevistas, as participantes descreveram suas experiências ao buscar serviços de proteção à mulher, em suma, descrentes da funcionalidade dos espaços:

[...] Ah, mas eu acho que isso não adianta muito porque eles não ficam presos, aí o cara fica mais bravo ainda. Às vezes eles botam a medida protetiva, *aí até que é bom, mas tem homem que não vai respeitar isso. Se fosse uma vez aí solta, dá chance depois tudo bem, aí, na segunda ficar preso, mas não. É duas, três, quatro vezes, aí não fazem nada.* Hoje não sinto confiança [...]. (PARTICIPANTE 3, informação verbal).

A pouca credibilidade atribuída pelas mulheres aos serviços de proteção faz com que elas passem a se conformar com as violências vividas, devido à crença de que não há outra saída. A não responsabilização dos homens somada à cultura sexista que coloca as mulheres em posições subalternas faz com que a violência se mantenha presente na vida dessas mulheres que, conforme já foi descrito, foram para as ruas justamente em uma tentativa de fuga de relações e vivências opressoras. Dados similares também foram identificados na pesquisa realizada pelo Senado Federal (2023), que apontou que apenas 27% das mulheres brasileiras que declararam ter sofrido violência doméstica ou familiar afirmaram ter solicitado medida protetiva. Dentre elas, 48% declararam que houve descumprimento dessa medida por parte da pessoa que causou a agressão. A pesquisa também mostrou que, diante de uma situação de agressão, a atitude mais frequentemente utilizada pelas vítimas é a procura de ajuda de algum familiar. Diante disso, deve-se problematizar a intensa desproteção social e jurídica das mulheres em situação rua, já que possuem dificuldades de acesso tanto às políticas protetivas quanto à rede de apoio familiar.

Outro aspecto que pode ser analisado como fator de intensificação da desproteção social é a evasão escolar. Entre as entrevistadas, a maioria possuía Ensino Fundamental e duas eram analfabetas, revelando a necessidade de políticas públicas efetivas que integrem a educação com a promoção da autonomia e a cidadania das mulheres em situação de rua para evitar a perpetuação do ciclo de exclusão social. É importante sinalizar que a evasão escolar entre mulheres em situação de rua configura-se como um fenômeno

multifacetado, resultado da interseção de fatores socioeconômicos, culturais e estruturais que amplificam as vulnerabilidades dessa população e que demandam um olhar a partir das questões de gênero. Aspectos como a discriminação, a sobrecarga doméstica e em relação a cuidados com os familiares, o estigma social e a violência, tanto física quanto psicológica, tornam o retorno à escola uma realidade distante para essas mulheres.

Além disso, as entrevistadas também relataram sofrer constantemente violência estrutural e institucional justamente por segmentos que deveriam proteger e cuidar, como policiais, por exemplo. A manutenção das diversas formas de violência incita situações de vulnerabilidade que intensificam ainda mais a qualidade de vida e a conjuntura de miséria a que estão expostas tais mulheres (Nardes; Giongo, 2021). A fala a seguir aponta essa problemática: “[...] É que eu estava lá no centro de Porto Alegre, eu estava sozinha, não estava namorando... *Aí eu estava dormindo na rua, aí eu estava catando latinha*, assim, aí chegou a polícia e parou: *aeh, neguinha, tá traficando, não sei o que. Aí começou a dá [bater] em mim [...]*” (PARTICIPANTE 1, informação verbal).

A identificação e o tratamento advindos do policial que acusou a Participante 1 de tráfico e que se dirigiu a ela utilizando o diminutivo “neguinha” reforçam a negação de sua subjetividade, identidade e humanidade, reduzindo-a a estereótipos racistas e de gênero. O tratamento desumano devido à cor de pele, sendo ela lida socialmente através de um tom pejorativo, evidencia a interseccionalidade presente entre cor da pele e gênero.

Essa expressão remete a imagens de controle e narrativas históricas que desvalorizam e objetificam mulheres negras, vinculando-as a um lugar social marginalizado. O uso desse termo pelo agente, que deveria respeitá-la independentemente de sua cor ou gênero, evidencia a permanência de uma estrutura racista e patriarcal que desumaniza e reforça desigualdades. Portanto, é fundamental problematizar: de que mulher estamos falando? Que construções históricas, associadas ao passado escravista, possibilitam que, no presente, a Participante 1 seja tratada dessa forma? A análise dessas nuances permite aprofundar a compreensão das dinâmicas de exclusão e violência vividas por mulheres negras em situação de rua, explicitando as interseções entre raça, gênero e classe social que permeiam suas experiências (Evangelista Alves, 2023).

Nessa mesma direção, as falas das participantes revelam que os casos de violência contra a população de rua ocorrem com frequência, sendo que tal violência em muitos casos acaba por ser praticada justamente por quem deveria assegurar os direitos dessa população, o Estado, por meio de seus agentes policiais. Dessa forma, direitos que são essenciais a todo ser humano



são brutalmente ignorados por meio de agressões físicas e morais. Como relatou uma das participantes do estudo:

[...] polícia militar tem que ser menos agressiva com os moradores de rua da cidade, está tendo abuso de autoridade. Eles chegam e batem. Nem sabem o que aconteceu, eles tão espancando. Tá tendo muito, muito isso. Já ele vem batendo, chutando eu. Não querem nem saber alguma coisa. É isso aí, eles abusam de autoridade [...] A maior violência na rua que existe são os policiais. É a polícia que faz a violência [...] (PARTICIPANTE 3, informação verbal).

Vale destacar que especialmente no caso de mulheres e homens negros que estejam ou não em situação de rua o contexto das ruas torna o racismo ainda mais explícito e naturalizado. Entre as consequências desse processo, destaca-se a violência policial recorrente contra esses corpos. O preconceito e a discriminação associadas a quem está nas ruas estão frequentemente vinculadas à noção de periculosidade que acompanha essas pessoas, como se fossem perigosas e potenciais criminosas. A necessidade que essa população tem de perambular pelo espaço urbano pode ser vista justamente como uma tentativa de sobreviver e/ou enfrentar as diversas violências a que são submetidas, mudando frequentemente de local em busca de proteção (Pinheiro; Giongo, 2023; Valle; Farah; Carneiro Junior, 2020).

Desse modo, o racismo, aliado às questões de gênero, é um fator central que leva policiais a direcionarem seu ódio às interlocutoras, cujos corpos simbolizam aquilo que desejam evitar ou ignorar, em que o relegar da população negra às margens da sociedade é parte de um projeto estruturado e deliberado, sustentado tanto pelo Estado quanto por indivíduos que participam conscientemente dessas tramas colonizadoras. Esse projeto visa à desumanização de pessoas negras, com impacto ainda mais intenso sobre mulheres negras, sejam elas cis ou trans (Carneiro; Fischmann, 2005). Assim, a violência sofrida por mulheres praticada pelos próprios agentes do Estado evidencia a necessidade de que as políticas públicas sejam acompanhadas de mudanças sociais, de modo que a aplicação de tais políticas não seja comprometida pelo preconceito e estigma de seus operadores.

## Conclusão

O presente estudo buscou analisar as vivências de violência de mulheres em situação de rua sob a perspectiva de gênero. Os resultados apontaram que, para as entrevistadas, a principal dificuldade enfrentada nas ruas é a violência, com destaque para a violência entre pares, a violência sexual e

a violência institucional praticada, em especial, por agentes policiais e por instituições protetivas. No decorrer da pesquisa, a violência de gênero foi pouco declarada pelas entrevistadas. No entanto, foi possível entender que as diversas manifestações agressivas relatadas não se diferenciam daquele tipo de violência, visto que “ser mulher” é frequentemente associado a relações de opressão e poder nas esferas social, conjugal e institucional. Ademais, foi possível identificar que situações de violências associadas a desigualdades de gênero muitas vezes se davam de forma velada, ocorrendo como algo intrínseco e natural, sem o reconhecimento das próprias mulheres.

No decorrer do estudo, foi possível compreender as trajetórias e vivências das mulheres entrevistadas, evidenciando que a violência está presente não apenas no cotidiano das ruas, mas também nas relações sociais e familiares que levaram a essa condição. As consequências desse processo são devastadoras, gerando impactos físicos, sociais, morais e psicológicos. Diante disso, são necessárias ações intersetoriais na criação de estratégias de enfrentamento às múltiplas formas de violências identificadas, envolvendo políticas de saúde, educação, justiça, segurança pública e assistência social associadas a iniciativas de letramento em gênero, formação continuada de técnicos que atuam com essa população, ampliação da pauta política e fiscalização para o cumprimento dos direitos.

Percebeu-se que pesquisas e dados oficiais são escassos no que concerne à temática das mulheres em situação de rua, especialmente envolvendo questões de gênero, raça e de violência. Visto isso, sugere-se que outras pesquisas sejam desenvolvidas em diferentes municípios do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, buscando mapear a rede de assistência para essa população, conhecer as trajetórias de vida das mulheres em situação de rua e os motivos da permanência na rua, analisar questões raciais que tiveram o merecido protagonismo nesta pesquisa, bem como convocar a ação do Estado em defesa das políticas públicas que garantem os direitos dessa população.

Por fim, é importante destacar que o marco temporal deste estudo remonta a cinco anos atrás, no período antes da pandemia, o que implica a ausência de algumas particularidades relacionadas às condições emergentes. Contudo, apesar das narrativas estarem situadas em 2019, elas permanecem relevantes, contribuindo para a reflexão sobre o tema e para a identificação dos silêncios que sustentam as exclusões, especialmente as de gênero e raça.

## Referências

ALVES, M. E. R. “População em situação de rua: a violência contra a mulher em situação de rua como expressão da questão social”. In: VII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 2015, São Luis. **Anais [...]**. São Luiz: UFMA, 2015. Disponível em: <[www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/populacao-em-situacao-de-rua-a-violencia-contra-a-mulher-em-situacao-de-rua-como-expressao-da-questao-social.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/populacao-em-situacao-de-rua-a-violencia-contra-a-mulher-em-situacao-de-rua-como-expressao-da-questao-social.pdf)>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

BRASIL. **Decreto n. 7.053**, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Brasília: Diário Oficial da União. 2009. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.

BRUSCHINI, M. C. A. “Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos”. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 37, pp. 537-572, 2007. DOI: 10.1590/S0100-15742007000300003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/KybtYCJQvGnnFWWjcyWKQrc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

CALMON, T. V. L. “As condições objetivas para o enfrentamento ao COVID-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes”. **NAU Social**, [s. l.], v. 11, n. 20, pp. 131-136, 2020. DOI: 10.9771/ns.v11i20.36543. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/36543>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2025.

CARNEIRO, A. S.; FISCHMANN, R. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP n. 16/2000**. Dispõe sobre a prestação de serviços psicológicos através da utilização de meios de comunicação a distância, regulamenta a consulta psicológica on-line, e revoga a Resolução CFP nº 012/95. Brasília: CFP, 2020. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2000/12/resolucao2000\\_16.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2000/12/resolucao2000_16.pdf)>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.

CNS. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Brasília: Diário Oficial da União, CFS, 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2025.

DE BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ESMERALDO, A. F. L.; XIMENES, V. M. “Mulheres em situação de rua: implicações psicossociais de estigmas e preconceitos”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 42, p. e235503, 2022.

EVANGELISTAALVES, R. S. “Mulheres negras em situação de rua: colonialidade e acesso à saúde”. **Boletim do Instituto de Saúde**, [s. l.], v. 24, n. 1, pp. 98-103, 2023. DOI: 10.52753/bis.v24i1.40051. Disponível em: <<https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/40051>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2025.

FASC. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Cadastro e estudo do mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: FASC, 2008. Disponível em: <[https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu\\_doc/pesquisapoprua.pdf](https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/pesquisapoprua.pdf)>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

----- Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Estudos quanti-qualitativos população em situação de rua em Porto Alegre**. Porto Alegre: FASC, 2016. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu\\_doc/15122016-pesquisa\\_fasc.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/15122016-pesquisa_fasc.pdf)>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

FERREIRA, J. L.; SOARES, C. T. “O olhar de gênero sobre as violências sofridas por mulheres em situação de rua”. In: XIX ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 2020, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2020. Disponível em: <[www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600105753\\_ARQUIVO\\_9468269d6b7b9ab9c82fbd2524511b76.pdf](http://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600105753_ARQUIVO_9468269d6b7b9ab9c82fbd2524511b76.pdf)>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

FLORES, D. *et al.* “Pandemia de desigualdades: questões de gênero e os impactos psicossociais da COVID-19”. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 13, pp. 108-123, 2021.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRANGELLA, S. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Novo Hamburgo**. [s. l.], 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-hamburgo/pesquisa/10102/122229>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

MARIANO, S. A. “O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo”. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 13, pp. 483-505, 2005. DOI: 10.1590/S0104-026X2005000300002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/8mFpyJkkjRyMxnsqxQBZ95z/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NARDES, S.; GIONGO, C. R. “Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas”. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. e66011, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n166011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/ZR3svtmGxS4MzrRfMQw6TNt/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

NATALINO, M. A. C. **A população em situação de rua nos números do Cadastro Único**. Rio de Janeiro: IPEA, 2024.

NOBRE, M. T. *et al.* “Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos”. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 30, 2018. DOI: 10.1590/1807-0310/2018v30175636. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/RSnSSnQQXkyjvXj8KCJtsD/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

PAIVA, I. K. S.; GUIMARÃES, J. “População em situação de rua e Rede de Atenção Psicossocial: na corda bamba do cuidado”. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 32, n. 4, p. e320408, 2022.

PINHEIRO, S. S.; GIONGO, C. R. “‘A minha casa é na rua’: vivências da população em situação de rua de Novo Hamburgo”. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 34, p. e210096, 2023.

PORTO, M. F.; MILANEZ, B. “Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental”. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, pp. 1983-1994, 2009. DOI: 10.1590/S1413-81232009000600006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/BM8pMrb6MqNryfDZYL8N7vp/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

QUEIROZ, D. C.; VERAS, R. M.; MENEZES, A. E. G. S. “Ações de assistência à saúde ofertadas à população em situação de rua: estado da arte”. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 29, n. 8, p. e05482024, 2024.

QUIROGA, J.; NOVO, M. “Elas da rua: população em situação de rua e a questão de gênero”. In: CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M. (org.). **Rua: aprendendo a contar – pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: MDS, 2009. pp. 155-188.

RICHWIN, I. F.; ZANELLO, V. “‘Desde casa, desde berço, desde sempre’: violência e mulheres em situação de rua”. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. e77926, 2023.

ROSA, A. S.; BRÊTAS, A. C. P. “A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil”. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s. l.], v. 19, n. 53, pp. 275-285, 2015. DOI: 10.1590/1807-57622014.0221. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/8T6c9LN8dqCzSJRFyypZDbT/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”. **Cadernos Pagu**, [s. l.], v. 16, pp. 115-136, 2001. DOI: 10.1590/S0104-83332001000100007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/g/MVfxYcbKMSHnHNLrqwYhkL>>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

----- **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANCHOTENE, I. P.; ANTONI, C.; MUNHÓS, A. A. R. “Maria, Maria: concepções sobre ser mulher em situação de rua”. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, pp. 146-160, 2019. DOI: 10.15448/1677-9509.2019.1.29297. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/29297>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

SÃO PAULO. **Censo da População em Situação de Rua**: 2021. São Paulo: SMADS, 2021. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/observatorio\\_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626)>. Acesso em: 21 de agosto de 2023.

SARMENTO, C. S.; PEDRONI, G. “Vulnerabilidade e resistência: um estudo sobre as mulheres em situação de rua em Porto Alegre”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN’S WORLDS CONGRESS, 2017, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <[www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499472587\\_ARQUIVO\\_VulnerabilidadeeresistenciaumestudosobreasmulheresemsituacaoderuaemPortoAlegre.pdf](http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499472587_ARQUIVO_VulnerabilidadeeresistenciaumestudosobreasmulheresemsituacaoderuaemPortoAlegre.pdf)>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

SCHÜTZE, F. “Pressure and guilt: war experiences of a young German soldier and their biographical implications (part 1)”. **International Sociology**, [s. l.], v. 7, n. 2, pp. 187-208, 1992.

SCOTT, J. W. “O enigma da igualdade”. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 13, n. 1, pp. 11-30, 2005. DOI: 10.1590/S0104-026X2005000100002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/H5rJm7gXQR9zdTJPBf4qRTy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

SENADO FEDERAL. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher**. Brasília DF: Instituto de Pesquisa DataSenado, 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2023>>. Acesso em: 09 de julho de 2024.

SICARI, A. A.; ZANELLA, A. V. “Pessoas em situação de rua no Brasil: uma revisão sistemática”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 4, pp. 662-679, 2018. DOI: 10.1590/1982-3703003292017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/zZmF6jcYxpRqGS4b5QMX9sQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

SILVA, G. “O mito da fragilidade nunca vestiu o corpo feminino negro”. **Litterata: Revista do Centro de Estudos Hélio Simões**, [s. l.], v. 7, n. 1, pp. 56-71, 2017.

VALLE, F. A. A. L.; FARAH, B. F.; CARNEIRO JUNIOR, N. “As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua”. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 124, pp. 182-192, 2020.

Recebido em julho de 2024.

Aceito em fevereiro de 2025.